



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO 7: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÃO NEGRA,
COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS**

O (a) assistente social e a luta antirracista na educação superior: refletindo a partir das políticas de ações afirmativas

Janaína da Silva Guerra¹
Vini Rabassa da Silva²

RESUMO

Neste artigo refletimos sobre a contribuição do (a) assistente social – que atua nas políticas de ações afirmativas dentro do ensino superior – na luta antirracista, para a constituição das bases de superação do espaço de universidade elitista e eurocêntrica que reproduz o racismo estrutural. Para isso, utilizamos categorias do marxismo no sentido de entender como se dá a formação da consciência a partir das relações sociais concretas que estabelecemos e, num movimento dialético, a construção de uma consciência crítica que nos possibilite repensar práticas profissionais para um outro projeto societário.

Palavras-chave: Assistente Social; ações afirmativas; racismo; consciência crítica

ABSTRACT

In this article we reflect on the role of the Social Worker in affirmative action policies in higher education and their contribution to the anti-racist struggle to establish the bases for overcoming the elitist and Eurocentric university space that reproduces structural racism. For this, we use categories of marxism in order to understand how the formation of consciousness takes place from the concrete social relations that we establish and, in a dialectical movement, the construction of a critical consciousness that allows us to rethink professional practices for another societal project.

Keywords: Social Worker; affirmative actions; racism; critical conscience

¹ Assistente Social, Técnica-administrativa em educação na Universidade Federal de Pelotas, Mestra em Política Social e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas; janaguerra2@gmail.com

² Assistente Social, Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, Mestra e Doutora em Serviço Social pela PUC-RS, vini.silva@ucpel.edu



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

INTRODUÇÃO

O contexto atual de ameaça às liberdades democráticas e às conquistas de direitos sociais e humanos vivenciado pela sociedade brasileira exige envidar esforços para a efetivação de uma práxis transformadora, que possa favorecer o enfrentamento desta realidade.

As manifestações decorrentes da existência do racismo estrutural são um dos elementos que evidenciam a conjuntura caótica em que nos encontramos. Segundo dados da PNAD-COVID19 referente às 52 primeiras semanas da pandemia no Brasil, a maioria, 66% das pessoas que morreram da doença eram não-brancas e estavam nas unidades públicas de saúde. Além disso, tivemos a maior taxa de desocupação entre as pessoas pretas e pardas no início da pandemia, ficando em 16,1%, o que representa um aumento de 0,7 pontos percentuais, enquanto entre a população branca manteve-se inalterada (NOIS, 2020).

A transformação desta realidade supõe o acúmulo de forças capazes de criar condições para uma ruptura com o sistema vigente, que é alicerçado no capitalismo implantado numa sociedade colonizada, escravizada e patriarcal, o que cria um caldo cultural, que constitui um forte amálgama entre estas particularidades, e garante a reprodução do elemento principal, o capitalismo, tornando-o capaz de se reinventar e de superar as suas próprias crises. Isso exige dos (as) profissionais de serviço social uma leitura crítica da totalidade e uma intervenção dirigida para a sua transformação.

A atuação na área da assistência estudantil nas universidades públicas tem despertado para os limites e as possibilidades do enfrentamento do racismo estrutural por meio da implementação das políticas de ações afirmativas. De fato, é fundamental defender e buscar a ampliação e o aprimoramento daquelas políticas estudantis como um meio para o enfrentamento da desigualdade social. Mas, é indispensável situá-las dentro de uma perspectiva ampla de transformação social, a fim de não serem meramente ações compensatórias.

É com esta intencionalidade de contribuir para a transformação social, focalizando nas expressões do racismo estrutural, que inicialmente será feita, neste trabalho, uma revisita a algumas categorias do pensamento marxista - o processo de construção da



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

consciência crítica, a alienação e a ideologia – pois entendemos que a compreensão desta trilogia é necessária para uma práxis transformadora.

E, a seguir, será feita uma abordagem sobre a contribuição dos (as) assistentes sociais que trabalham na educação superior na luta antirracista, desde a aprovação da Lei 12.711 de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que possibilitou a abertura das instituições federais à diversidade étnica/racial e cultural, reservando 50% das suas vagas para estudantes provenientes da escola pública e, dentro desse percentual, reservando vagas específicas para negros(as) (pretos/as e pardos/as), indígenas, quilombolas.

Espera-se, com este trabalho, evidenciar a possibilidade e potencializar uma atuação antirracista dos (as) profissionais de serviço social, que trabalham no campo da educação superior, como uma das mediações que pode contribuir na criação de condições concretas para a ruptura do sistema vigente e, conseqüentemente, para a superação do racismo.

1 A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

A atuação crítica do profissional de serviço social supõe uma compreensão sobre o processo de formação da consciência.

Falar em processo de consciência nos remete a teoria marxista de que a construção da consciência acontece por um movimento dialético de avanços e recuos, “em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência pra novas formas e contradições” (IASI, 2007, p. 12).

Se a consciência se dá dessa forma, então, ela nada mais é do que a interiorização das relações sociais estabelecidas no decorrer da vida de cada pessoa. Assim, “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1999, p. 37).

Então, dentro de uma perspectiva materialista-histórica, “a consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas” (IASI, 2007, p. 14).

No primeiro contato com o mundo lá fora, o ser humano, ainda na infância, adquire sua concepção de mundo de forma limitada, compreendendo a parte pelo todo. Isto ocorre,



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

porque a visão de mundo não é construída através da vivência do indivíduo, e, sim, adquirida pela transmissão de ideias que foram anteriormente sistematizadas, e que são assimiladas, estabelecendo o que Iasi (2001) chama de primeira forma de consciência, resultante da denominada *educação bancária* (Freire, 1991).

A percepção da parte pela ideia dominante torna as relações sociais estabelecidas como sendo naturais, isto é, como se a sua aparência correspondesse fielmente aquilo que a construiu e que a manifestou e, que continuará sempre reproduzindo, ignorando a sua raiz histórica e possibilidade de transformação.

Desta forma, as relações externas acabam sendo estabelecidas como normas, valores e hábitos a serem seguidos pelo indivíduo. Este processo iniciado na infância, se estende pelas demais relações que vão se constituindo nos sucessivos períodos de sua existência. Não só a instituição família é responsável por este processo, a escola e o trabalho, por exemplo, também o são. De tal forma, que cabe as grandes instituições sociais a transmissão da cultura a ser assimilada pelos indivíduos. Sendo assim, a escola por exemplo, não é considerada como uma determinada particularidade, mas como genericamente “a escola”, que cumpre determinada função social indispensável para o desenvolvimento da sociedade.

Referindo-se criticamente a esta concepção a autora Marilena Chauí (1985) analisa a instrumentalização da cultura feita pela escola, a qual o indivíduo deverá submeter-se passivamente, recebendo (e é essa a palavra, receber) unilateralmente “a educação”. Nas palavras de Chauí, a escola

além de reprodutora da ideologia dominante e das relações de classe, está destinada a criar em pouco tempo, a baixo custo e em baixo nível, um exército alfabetizado e letrado de reserva [...] instrumentalização de cultura efetuada pela educação, tanto para reproduzir relações de classe e sistemas ideológicos, quanto para adestrar mão-de-obra para o mercado de trabalho. (1985, p. 57-60)

A forma ingênua de conhecimento que se constitui através de uma visão de mundo externa interiorizada como verdade inquestionável pelas pessoas, é chamada por Gramsci de *senso comum*.

Entretanto, considerando que o processo de consciência é um movimento dialético, a primeira forma de consciência pode tanto ser reforçada nas demais relações que se estabelecem em outros espaços de convivência, como pode ser desmistificada, revertida. Porém, de um modo geral, as pessoas são conseqüente e constantemente impulsionadas a defender as ideias dominantes, ou a agirem de acordo com o senso comum. A forma inicial



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

de consciência caracterizada como ingênua se expressa como alienação, outra categoria que os (as) assistentes sociais necessitam saber interpretá-la para descobrirem meios que favoreçam um processo de desalienação.

1.1 O problema da alienação

A análise marxiana sobre alienação está baseada na riqueza produzida pelo trabalhador e dele expropriada pelo dono dos meios de produção, ou seja, na propriedade privada e no assalariamento da força de trabalho, ligado ao produto excedente e a produção da mais-valia. Isto porque “alienação torna-se o processo por meio do qual a criação da riqueza pelos operários é deles expropriada e convertida em capital, ou seja, em instrumento da continuada subjugação daqueles que o criaram, nele exteriorizando sua essência humana” (GORENDER, 1986, p.09).

A alienação a partir desta análise, está centrada no sistema econômico capitalista e é esta alienação econômica que faz com que a pessoa se torne um ser separado de sua essência dentro do processo de trabalho.

Marx (2006) parte seu estudo sobre o trabalho alienado da crítica que faz à economia política, visto que esta formula as leis do trabalho tal como ele se apresenta hoje, porém esconde seu caráter alienante, colocando-o como consequência e não como causa da propriedade privada, desconsiderando o movimento dialético que a permeia.

A partir da economia política, “o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção”. E que “a execução do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetificação como *perda* e *servidão* do objeto, e a apropriação como *alienação*” (MARX, 2006, p. 112).

A objetivação do trabalho através das relações sociais que se estabelecem na sociedade capitalista tanto em relação à propriedade privada, quanto a força de trabalho assalariada possibilitam a alienação da atividade humana.

Em *Os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx (2006) inicia sua análise sobre o trabalho alienado a partir de um fato econômico contemporâneo, ao contrário dos economistas que ele critica – que mistificam a realidade, abordando certos temas superficialmente, pressupondo os fatos como já dados ao invés de explicá-los.

O fato econômico do qual Marx se refere, de forma dialética, está centrado nas



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

inversões das atividades que o trabalhador exerce nas relações capitalísticas. Ou seja, “com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.” (2006, p. 111)

O trabalho alienado possui formas distintas entre si, mas que se complementam no processo alienante. Considerando que a alienação não aparece apenas como resultado, mas também em todo o processo de produção, Marx coloca que o ser humano está alienado da natureza (da relação com o produto do seu trabalho), assim como do processo de trabalho como um todo, ou seja, está alienado de si mesmo, da sua espécie (de seu *ser genérico*³) e da sua relação com os outros homens (o homem alienado do homem).

Nas *leis da economia política*, a alienação do homem no produto de seu próprio trabalho, resulta em que “quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza.” (MARX, 2006, p. 113)

Nesta condição tudo é *reificado*, tudo é coisa, inclusive o trabalhador que não apenas produz a mercadoria, mas é transformado numa mercadoria. Na lógica capitalística, as *propriedades humanas* são apenas consideradas, enquanto o capital estiver delas se beneficiando pela acumulação da riqueza. (MÉSZÁROS, 2006)

Neste contexto, o que o trabalho convencional proporciona ao ser humano, obviamente irá refletir na relação dele, hoje alienada, com os demais. Então, “na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, como trabalhador, se depara” (MARX, 2006, p. 116). Esta relação legitima o caráter individualista do sistema econômico vigente, rompendo com a sociabilidade, que só existe na relação da pessoa com a própria pessoa, favorecendo desta maneira a reprodução da alienação, que por sua vez facilitará a aceitação da ideologia dominante. Assim, o conhecimento sobre a função da ideologia é, também fundamental para uma práxis transformadora.

1.2 A função da ideologia

³ Ser genérico entendido como “um *Gattungswesen* – isto é, um ser que tem consciência da espécie a que pertence, ou, dito de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

A explicação do ser humano para os fenômenos que por ele são presenciados fundamenta-se na sua experiência de vida concreta. O desconhecido é explicado através de parâmetros disponíveis que ele domina. Há uma aproximação do desconhecido com o referencial do qual a pessoa dispõe. Assim, as explicações para os fenômenos estão ligadas às condições materiais de produção da existência, as ideias nascem da atividade material. Porém, estas ideias representam o modo como a realidade aparece na experiência imediata e não a partir de um processo histórico, o que gera uma percepção invertida da realidade, onde as consequências são apropriadas, interiorizadas como causa.

Para Gramsci,

quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa. Criticar a própria concepção de mundo significa [...] criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. (1995, p. 12)

Para Gramsci (1995), o senso comum não é um conhecimento natural (apesar de naturalizado) das massas populares. Tudo que se aprende na sociedade, não é algo construído a partir de um processo coletivo, é algo já pronto, que é transmitido. Por isso, o senso comum nada mais é do que a ideologia hegemônica capitalista refletida nas camadas populares e reproduzida por elas como sendo a sua verdade.

O senso comum é construído historicamente por uma cultura preestabelecida, exatamente por isto se observa resistência na tentativa de superá-lo, pois construir uma perspectiva crítica significa tomar consciência do falso conhecimento, que até então se tinha como algo próprio e verdadeiro. Cabe mencionar que ao usar o termo “superá-lo”, não significa simplesmente negar o senso comum, mas partir deste conhecimento – criado por alguns para muitos – em busca do conhecimento construído por todos e para todos.

Simionatto explica que Gramsci não pretende extinguir o senso comum, “procura mostrar que ‘o mesmo’ já é filosofia, mesmo incipiente e fragmentária” (1995, p. 82). E segue, afirmando que Gramsci propõe a passagem deste conhecimento ingênuo para “uma concepção mais coerente, que não ocorrerá através de uma educação ‘verbal e livresca’, mas em conexão com a luta política de uma classe” (SIMIONATTO, *op.cit.*, p. 81).

O senso comum, que se apresenta como alienação por naturalizar a realidade, desvinculando a visão de mundo do seu contexto histórico, é o que deixa o terreno fértil para o fortalecimento da ideologia dominante. É no senso comum que ela se populariza,



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

tornando-se um conjunto de valores e ideias aceitos por todos e todas.

As ideologias surgem no momento em que a divisão social do trabalho se realiza e dá origem a separação entre o trabalho manual, material e o trabalho intelectual, espiritual. Então, “desde o instante em que o trabalho começa a ser distribuído, cada um dispõe de uma esfera de atividade determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair” (MARX; ENGELS, 1999, p. 47).

Cabe salientar que a divisão social do trabalho aqui mencionada não se restringe às tarefas desempenhadas pela pessoa, mas está relacionada à forma de propriedade de cada uma, e essa, por sua vez, é determinada pela classe social a qual a pessoa faz parte.

A produção de ideias –pelos ideólogos da burguesia – desprendidas do movimento histórico dialético serve para escamotear os privilégios da classe dominante, propagando na sociedade um ar de liberdade e igualdade entre todos e todas, refletindo nas e pelas relações sociais estabelecidas a consciência deformada da realidade.

Neste sentido, o que torna a ideologia possível é a separação entre teoria e prática, entre o mundo intelectual e o material, fazendo com que as ideias existam em si e por si mesmas. Além disso, o que a torna possível é o fenômeno da alienação, assim como a luta de classes que possibilita a dominação de uma única classe sobre as demais, sem conflitos, sem revoltas, com a aprovação de todos e todas.

Assim, a função da ideologia é manter veladas as contradições da sociedade capitalista, fazendo com que as pessoas não percebam suas condições de exploradas no seu trabalho (não se revoltam contra essas condições) e, igualmente, possibilita que essa realidade apareça como algo natural e, por isso, inerte, onde a existência das classes sociais e da dominação de uma classe sobre as outras não seja percebida, que as ideias caracterizem-se como autônomas, representando uma realidade também autônoma.

Segundo Mészáros (2006), a ideologia dominante desempenha papel importante no processo de reajustes estruturais pelo qual vem passando a ordem socioeconômica vigente, pois reproduz as condições de dominação que mantêm a hegemonia capitalista.

Para que o sistema capitalista se mantenha hegemônico é necessário que “as relações sociais de produção, sua manifestação e justificativa ideológica permaneçam estáticas em sua essência ao mesmo tempo que as forças produtivas devem constantemente desenvolver-se” (IASI, 2007, p. 27). Aqui emerge uma contradição do capitalismo, pois temos uma ideologia que se mantém e as forças produtivas que devem estar em constante desenvolvimento para possibilitar a eficiência do sistema.



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

Porém, esta contradição, apesar do esforço em mantê-la velada, pode emergir de forma que aqueles que são os mais prejudicados nesta relação, isto é, os subalternizados sejam capazes de oporem-se à lógica do capital. Este processo, que resulta da contradição entre os antigos valores e as relações que possibilitem a superação da alienação, vivenciadas em espaços no qual as pessoas reconhecem uma relação de injustiça, que as atravessam enquanto coletivo, produz, segundo Iasi (2001), a segunda forma de consciência, ou a consciência em si. E esta consciência se manifesta na organização coletiva, através de grupos que se reconhecem enquanto classe subalterna, com o intuito de reivindicar seus direitos.

Porém, é na organização dessa classe enquanto grupo não apenas para revoltar-se contra a realidade opressora, mas principalmente para alterá-la, construindo as bases para um outro projeto societário, que se inicia o processo chamado, também por Iasi (2001), de consciência revolucionária, ou a consciência para si.

Exatamente dentro desses processos que o (a) assistente social, na qualidade de trabalhador (a) comprometido (a) com uma práxis transformadora, deve atuar.

2. O (A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A LUTA ANTIRRACISTA

Iniciamos esta reflexão destacando três apontamentos: 1) a educação “tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classe” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15); 2) fomos e somos colonizados em todas as formas de ser, pensar e agir e de como nos relacionamos uns com os outros; e 3) o racismo é intencional e está diretamente ligado à questão econômica, contribuindo para a manutenção do capitalismo, e, portanto, ele não será superado na sociedade tal como a conhecemos.

Considerando a premissa de que o indivíduo é capaz de – no momento em que estabelece novas relações com a interiorização de novos valores – se sentir incomodado, munido de um conflito interno que o faz problematizar sua relação com os demais e sua posição no mundo real, é importante reconhecer que tivemos uma educação racista e que, deste modo, reproduzimos comportamentos racistas mesmo quando nos dizemos antirracistas. Ao reconhecer isso, precisamos trabalhar com o fato de que somos racistas em transformação dentro de um processo de consciência, tal como vimos anteriormente com embasamento em Iasi (2001).



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

Importante essa reflexão para entendermos que a luta antirracista passa por reconhecer que estamos submersos numa ideologia dominante que nos faz crer que não existe racismo no Brasil, que vivemos uma democracia racial na qual todos “têm lugar ao sol”, não havendo necessidade de se discutir raça⁴.

Santos (2018) apresenta a discussão sobre unidade entre classe e raça, onde alerta para o fato de que a fragmentação da classe trabalhadora é um aspecto fundamental da dominação burguesa. No livro *Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil*, diz que

a burguesia teve êxito em difundir os preconceitos do racismo velado e escamoteado que se escondia por trás da ideologia da ‘democracia racial’, que tinha por objetivo justamente naturalizar aquelas condições econômicas, políticas e sociais baseadas no racismo, mas sem precisar recorrer ao racismo com argumentos genéticos como foi na escravidão. (2018, p. 596)

Desde que a Lei de Cotas, passou a vigorar nas Instituições Federais de ensino vimos abrirem-se as portas para a diversidade e multiculturalidade étnico/racial num espaço onde o conhecimento eurocêntrico mantém-se hegemônico, desde a criação da primeira universidade no país, em 1909.

Embora essa Lei tenha se tornado importante instrumento para o início de um processo de ruptura do racismo estrutural, fruto da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2015), que opera sobre vidas específicas na negação de direitos, e que, tudo isso, se interconecta diretamente na dificuldade de acesso à educação, ainda é preciso avançar quanto à acolhida e inclusão dos (as) estudantes cotistas e para isso é necessário pensar um outro espaço institucional que efetivamente valorize os saberes dos povos daqui.

Evidenciamos aqui duas preocupações que permeiam o debate sobre acesso e permanência nas instituições federais: a primeira diz respeito ao Art. 7º da Lei de Cotas que prevê a sua revisão a cada 10 anos, podendo ser mantida ou não; a segunda se refere às políticas de permanências insuficientes para romper com o racismo institucional e, que, portanto, não cumpre com o objetivo de graduar estudantes cotistas, principalmente indígenas e quilombolas⁵.

⁴ Quijano nos traz que a ideia de raça passou a ser constituída e conhecida a partir da chegada dos colonizadores à América e “converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (2005, p. 108), dividindo-a em proprietários/não-proprietários, contribuindo para que os brancos europeus mantivessem sua hegemonia de classe dominante, perpetuando-lhes o direito de exploração da população negra, principalmente.

⁵ Exemplo da preocupante situação de retenção de estudantes indígenas e quilombolas podemos encontrar no ensaio *Retenção e evasão dos (estudantes indígenas e quilombolas na Universidade Federal de Pelotas: desafios para as políticas de permanência*. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/21067>> Acesso em: 29 Out. 2021.



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

Quanto à primeira infelizmente está atrelada à “vontade” de quem está no poder, nos cabendo apenas resistir e disputar no campo político a manutenção desta política. A segunda se refere a ações mais locais, que poderão ser construídas no âmbito das instituições. E, aqui, convém lembrar que estas instituições apesar de cumprirem a Lei, reservando 50% do total de vagas a estudantes cotistas, não avançaram da mesma forma em relação às modalidades de acolhida e inclusão, principalmente no que se refere às políticas de permanência para além de questões socioeconômicas.

Para isso precisamos pensar o trabalho desenvolvido por assistentes sociais na garantia de acesso e permanência de estudantes cotistas para além da avaliação socioeconômica. Entendemos que essa tem sido a primeira etapa e que não podemos descartar a sua relevância, porém a atuação não deve se restringir a este tipo de intervenção. É necessário avançar para a construção de espaços coletivos, dialógicos, que oportunizem o protagonismo dos (as) estudantes, cujo acesso à informação e garantia de direitos deve permear o cotidiano acadêmico.

Por outro lado, é importante instigar para que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam pensados e executados, considerando as realidades socioculturais dos (as) estudantes, seus saberes ancestrais e visões de mundo. Ora, isso vai requerer a construção de uma práxis antirracista desenvolvida por meio de uma agenda política-curricular e pedagógica que coloque em pauta a reflexão de uma episteme, que se volte para educação das relações étnico-raciais, para os povos da América-Latina.

Neste sentido, é urgente romper com práticas que historicamente invisibilizam, silenciam os saberes populares, para sem negá-los, poder gerar outra forma de consciência. Precisa-se construir caminhos que permitam aos (as) trabalhadores (as) identificar que “a ideologia pequeno-burguesa que os ‘atravessou’, em sua condição de classe, interfere no que deveria ser a sua prática revolucionária, que se torna assim contraditória de sua expressão verbal” (FREIRE, 1981, p. 141).

Identificar o que Freire (1992) chamou de *invasão cultural* como prática que mantém uma relação hierárquica também entre gestores (as) e sujeitos (as) das políticas, mesmo que por vezes não intencional, e que interfere de forma expressiva num processo dialógico e emancipatório, caminhando para além da simples concessão de vagas e benefícios estudantis.

Em contraponto às práticas conservadoras que perpetuam a ideologia dominante, precisamos pensar num meio acadêmico que reconheça o multiculturalismo, assim como



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

numa educação transformadora que valorize os saberes populares, considerando suas realidades socioculturais e, para isso pensar e construir coletivamente espaços que instiguem a ação política em substituição à cidadania passiva (WOOD, 2007), por meio de uma educação dialógica que “problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 1992, p. 51)

Bell Hooks, em *Ensinando a transgredir*, traz um multiculturalismo dentro da perspectiva freireana que convida educadores (as) a reconhecer os limites de uma educação verticalizada e parcial. Diz que “quando nós deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem” (HOOKS, 2017, p. 63)

Para isso, mais uma vez, é importante trazer o debate da unidade entre classe e raça, pois o reconhecimento do racismo é fundante para a construção de um pensamento crítico, que construa as bases para um outro projeto societário. Como bem nos ensina Munanga:

o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito [...] Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial. (MUNANGA, 2017, n.p).

Logo, não silenciar, mas trazer à tona o debate, construindo em coletivo com a população negra e indígena uma política antirracista são meios de garantir que estes (as) atores (as) entrem em cena, que sejam protagonistas dentro de espaços historicamente ocupados por uma elite branca reprodutora do saber Ocidental como único e verdadeiro.

Precisamos rever “cartilhas” que contam uma imagem invertida da nossa história, não evidenciam o fato da sociedade ser fundada no genocídio e escravidão dos povos indígenas e preto. Onde, além disso, “tanto as palavras, quanto os textos das cartilhas nada têm que ver com a experiência existencial dos estudantes” (FREIRE, 1981, p. 14).

Enfim, os (as) assistentes sociais comprometidos (as) com uma educação incluyente, diversa, plural, livre de preconceitos precisam construir com o coletivo da universidade um processo de consciência revolucionária, capaz de incidir na desalienação e no enfrentamento da ideologia dominante, por meio de práticas que instrumentalizem “o processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas” (NETTO, 2004, p.140).



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase duas décadas de políticas de ação afirmativa para negros, quilombolas e indígenas no Brasil, não é nada frente a séculos de violência, exclusão e desigualdades raciais e sociais às quais foram submetidos, e ainda são.

Portanto, pensar um outro projeto político-acadêmico construído coletivamente a partir das ações de gestores (as), docentes, técnicos-administrativos (as), e sujeitos (as) daquelas políticas requer o desenvolvimento de um processo de consciência crítica.

Fato é que manter a academia tal como foi concebida não possibilitará avançarmos na luta antirracista e a Lei de Cotas se restringirá à garantia de acesso de estudantes, porém seu principal objetivo e das políticas de permanência, que é o de oportunizar a conclusão de suas graduações, não será atingindo, corroborando para o discurso meritocrático de que as oportunidades são dadas a todos (as), basta, portanto, o esforço individual para “vencer na vida”.

Os (as) assistentes sociais inseridos (as) na política de assistência estudantil, e integrantes da equipe responsável pelo ingresso e permanência de estudantes cotistas nas universidades públicas, sustentados (as) pela perspectiva crítica, podem contribuir na luta antirracista ao ampliarem a sua atuação para o coletivo da universidade, procurando estabelecer alianças com pessoas dos diferentes segmentos, para a construção de um novo projeto de universidade. Um projeto político-acadêmico que valorize todos os saberes requer a construção de uma consciência crítica, cujos (as) profissionais, em especial aqui os (as) assistentes sociais – seres históricos, comprometidos (as) com a luta antirracista e anticapitalista, num processo dialógico com o coletivo da academia - colaborem na elaboração de elementos para uma práxis transformadora, que não se restrinja à garantia de direitos dentro deste contexto social, mas construam os alicerces para sua superação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 19 jan. 2021.



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

CHAUÍ, M. d. S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **O Educador: Vida e Morte**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 51-70.

DANTAS, S.; FERREIRA, L.; VÉRAS, M. P. B. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. **Revista USP**, [S. l.], n. 114, p. 31-44, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i114p31-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142366>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. v. 24. (Coleção O mundo hoje)

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2019

GORENDER, J. Introdução à Crítica da Economia Política. In: **O Capital: Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro**. Tradução de Edgard Malagodi *et.al.* 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 1 e 3. (Os economistas). p. 2-23.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Processo de Consciência**. 2. ed. São Paulo: CPV, 2001.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Tradução: Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Obra Prima de cada Autor).

_____. **O Capital: Salário, preço e lucro**. Tradução: Edgard Malagodi *et.al.* 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3. p. 134-185. (Os economistas)

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho)

_____. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. (Mundo do Trabalho)



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 334 p.

NOIS - Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde/PUC-Rio. **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos.** Rio de Janeiro: NOIS, 2020. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/> Acesso em: 04 mar. 2022.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur, CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID 19. In: Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

SANTOS, D. J. d. **Lutas antirracistas, unidade e transformação: um ensaio teórico.** R. Katál., Florianópolis, v.21, n.3, p. 594-611, set./dez.2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p594> Acesso em: 30 Set. 2021.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

WOOD, E. M. Capitalismo e Democracia. In **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.** Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084411/cap18.pdf> Acesso em: 08 jun. 2021.